

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de e ALMEIDA, Carla Maria de (orgs.). *Exercícios de micro-história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, 300 p.

Waldomiro Lourenço da Silva Júnior

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História Social na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Nascida de discussões travadas no universo historiográfico italiano na década de 1970, a micro-história tem sido tomada como uma alternativa profícua para a recuperação da complexidade eclipsada em meio aos enfoques macroanalíticos. O enunciado elementar dessa abordagem é reduzir a escala de observação a fim de explorar, como que pela lente de um microscópio, aspectos da vida social, da experiência dos sujeitos, imperceptíveis pelo prisma dilatado das análises estruturais. O livro *Exercícios de micro-história*, organizado por Mônica Ribeiro de Oliveira e Carla Maria de Almeida, vem na esteira da atual ressonância de tal fórmula no cenário acadêmico nacional, reunindo estudos de diversos pesquisadores engajados no exercício historiográfico microanalítico.

A publicação em evidência segue uma disposição tripartida. A primeira parte, nomeada “micro-história e seus precursores”, apresenta quatro importantes trabalhos até então inéditos em língua portuguesa. Os dois primeiros são de autoria de Edoardo Grendi e os dois subsequentes de Giovanni Levi, historiadores que, ao lado de Carlo Ginzburg e Carlo Poni, encabeçaram o debate epistemológico que culminou na definição da proposta micro-histórica. A segunda parte, sob título “O diálogo com a história e a historiografia”, traz dois textos produzidos pelos estudiosos brasileiros Cássio da Silva Fernandes e Henrique Espada Lima, os quais, a partir de aproximações específicas, analisam elementos pertinentes à tessitura inaugural da micro-história e, no último caso, às transformações sofridas e provocadas pela vertente ao longo do tempo, bem como à sua assimilação pela historiografia brasileira. A terceira parte reproduz uma sequência de quatro “exercícios de micro-história” realizados por João Fragoso, Mônica Ribeiro de Oliveira, Renato Pinto Venâncio e Cristina Mazzeo de Vivó. Os historiadores

buscam reconstituir trajetórias e estratégias individuais ou de grupo articuladas a complexas redes sociais desenroladas entre os séculos XVIII e XIX, com destaque para laços familiares firmados a partir do matrimônio e do compadrio.

O trabalho que abre a coletânea é justamente aquele que inaugurou programaticamente a discussão. Trata-se do artigo “Microanálise e história social”, publicado originalmente em 1977 na revista *Quaderni Storici*, periódico à época marginal nos quadros da historiografia italiana e que, por isso mesmo, se tornaria um dos principais veículos de elaboração e propagação da nova perspectiva.¹ Nesse texto, Grendi sintetiza noções que vinham sendo levantadas esparsamente desde a década anterior, alinhando um paradigma para a realização de experimentações microanalíticas no campo da história. Tomando a aldeia camponesa como referência, o autor critica a prevalência de critérios puramente econômicos na historiografia e advoga a aproximação com um arcabouço analítico originário da antropologia para o estudo de relações interpessoais (verticais e horizontais), sobre o qual, em seu entendimento, a história social deveria se ancorar.

Grendi defende a passagem do conceito de *classe* para o de *grupo social*, tendo em vista a configuração de um método pautado no exame relacional de dados, comportamentos, solidariedades e estruturas de dependência a partir do recurso sistemático a fontes cartoriais, censitárias e paroquiais, assim como a registros contábeis, fiscais, judiciais, políticos ou mesmo de ordem privada. Na contramão das análises quantitativas, o autor chama a atenção para a necessidade de se explorar também aspectos apenas indireta ou excepcionalmente aludidos na documentação. Segundo crê, a escassez do registro pode ser, paradoxalmente, um indicativo de sua normalidade como prática social. Trata-se do que se designou “excepcional normal”.²

Em “Paradoxos da história contemporânea”, texto de 1981, Grendi posiciona-se criticamente de forma mais clara, avançando no sentido de apresentar a micro-história em termos de um estatuto analítico alternativo para a história social, capaz de iluminar as mudanças sociais.³ Novamente, “as relações entre pessoas” são descritas como o nexa da proposta e, por conseguinte, fundamento para a escolha da escala de observação. Haja vista a incompletude da lógica do mercado para a explicação das experiências humanas, o estudo da comunidade

¹ Cf. LIMA, Henrique Espada. *A micro-história italiana: Escalas, indícios e singularidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

² LIMA, Henrique Espada. E. P. Thompson e a micro-história: trocas historiográficas na seara da história social. *Esboços*. UFSC, Florianópolis, v. 12, 2004, nota 23, p.71.

³ Objetivamente, Grendi direciona sua crítica ao esquema braudeliiano de economia-mundo, ao qual, em razão de seu programa “fatalmente” teleológico, escaparia “o problema da mudança social”.

ou do grupo constitui, segundo o autor, o ponto de partida para a composição de uma análise dinâmica da estrutura social, permitindo a reconstituição das configurações societárias como um todo, em suas esferas culturais, políticas e econômicas, inclusive no que diz respeito às sociedades industriais. Com efeito, fica patente a pretensão holística e, na medida em que acena para a extrapolação dos limites do *Ancien Régime*, historiograficamente abrangente da abordagem micro-histórica.

Enquanto os trabalhos de Grendi inscrevem-se no plano da fundamentação teórica, os de Giovanni Levi, apresentados logo em seguida, são exemplos de sua experimentação propriamente dita, compondo um leque de complementaridade. A análise em escala reduzida empreendida pelo último autor é costurada a partir do seguinte encadeamento: exposição do problema (tendo como ponto básico a recuperação de relações interpessoais), delimitação do contexto e manifestação constante do processo, trazendo o leitor para o interior da trama investigativa.

Contribuição relativamente recente (ano 2000), o trabalho intitulado “Reciprocidade mediterrânea” constitui um esforço maduro de Levi no sentido de esmiuçar conceitualmente um sistema normativo preciso, definidor do campo de possibilidades para as ações dos sujeitos. O propósito do historiador, objetivamente, é aprofundar as reflexões a respeito das regras que balizavam os jogos de trocas realizados na área mediterrânea durante a época moderna, seu objeto fundamental de investigação, que encerra o referencial tempo-espaço do estudo.

A análise conduzida por Levi pauta-se na consideração de três princípios fundamentais, quais sejam, *reciprocidade*, *equidade* e *analogia*, entrelaçados em meio social profundamente hierarquizado e corporativo, carregado de mecanismos de solidariedade que respeitavam uma concepção distributiva de justiça. Não apenas o aparelho jurídico formal, mas toda a trama de relações sociais e econômicas seria regulada por um sistema equitativo de atribuições, variável analogicamente conforme o status social dos envolvidos. Nesse sentido, a reciprocidade embutida nas práticas de intercâmbio se basearia não na equivalência exata, mas na proporção e na simetria mensurável entre desiguais.

Em “Economia camponesa e mercado de terra no Piemonte do Antigo Regime”, de 1990, é possível identificar com nitidez o impulso microanalítico pautado no estudo de comunidade e de relações interpessoais, seguindo o enquadramento da realidade camponesa pré-capitalista, bem nos moldes sugeridos nos textos de Grendi. Aqui, Levi efetua uma redução de escala mais acentuada, reportando-se

ao Piemonte dos séculos XVII e XVIII.⁴ Com o aporte de registros notariais, o autor busca esclarecer a lógica que norteou a mercantilização da terra naquele contexto marcado pela compleição normativa tornada explícita no subitem anterior. Distanto da busca incessante pelo lucro e da determinação mecânica entre oferta e demanda, as transações responderiam, antes, às necessidades de autoconsumo de cada família camponesa – que se articulavam a fatores como a dinâmica da transmissão da terra, a distribuição do trabalho, a formação de novas famílias e a densidade demográfica –, oscilando em termos de preço conforme o grau de parentesco entre os envolvidos, isto é, quanto menor a proximidade parental maior seria o preço, e vice-versa.

Ao passar para a segunda parte do livro, o leitor terá contato, primeiramente, com o ensaio historiográfico de Cássio Fernandes, o qual, bem à moda microanalítica, explora elementos biográficos para a recomposição do processo intelectual que deu origem à micro-história nos anos 1970 ou, mais propriamente, a um de seus ramos. Em “Delio Cantimori: um diálogo com a história da cultura”, Fernandes traça uma espécie de genealogia da abordagem a partir da trajetória acadêmica do notável historiador italiano. Crítico dos conceitos historiográficos abrangentes, Delio Cantimori (1904-1966) realizaria seus estudos sobre hereges e protestantes italianos emigrados em escala reduzida, buscando observar contextos precisos e a concretude das relações entre os sujeitos. Tal procedimento, ainda não nomeado micro-história, teria sido deduzido, por um lado, do recurso à tradição historiográfica italiana voltada ao nível da biografia e, por outro, de seu contato com a obra de nomes fundamentais da história da cultura e da arte, como Aby Warburg e Jacob Burckhardt, e de seu diálogo direto com os contemporâneos Werner Kaegi e Johan Huizinga, exercendo manifesta influência nas opções teóricas tomadas por C. Ginzburg, principal nome da vertente micro-histórica mais inclinada ao modelo histórico-cultural.

No subitem seguinte, “Pensado as transformações e a recepção da micro-história no debate histórico de hoje”, Henrique Espada Lima realiza um balanço bastante compreensivo. O autor se debruça sobre três pontos fundamentais: o panorama intelectual mais amplo que transformou o campo da história social a partir dos anos 1970; como os principais nomes da micro-história responderam

⁴ Esta região compôs o objeto de diversos outros de seus estudos. Cf. LEVI, Giovanni. *Centro e periferia di uno stato assoluto. Tre Saggi su Piemonte e Liguria in età moderna*. Turim: Rosenberg, 1985; Idem. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Trad. port. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

a tais transformações; e a recepção seletiva que encontrou a micro-história no debate acadêmico brasileiro entre a década de 1980 e os dias atuais.

A proposta micro-histórica – nascida de um impulso experimental no sentido de construir novos modelos explicativos a partir de problemas de investigação candentes na historiografia italiana – não engendraria um empreendimento homólogo, destacando-se duas vertentes básicas, uma delas voltada para a contextualização cultural, encabeçada por Ginzburg, e outra voltada para a contextualização social, projetada nos trabalhos de Grendi e Levi. Segundo o historiador, porém, a tendência atual, além do adensamento da discussão e da incorporação de novos temas e problemas, tem sido a de se acenar para a superação de tal clivagem, com a busca pelo estabelecimento de um ponto de convergência no trabalho dos micro-historiadores.

No que diz respeito à recepção da micro-história no Brasil, Lima observa que a forma lacunar e fragmentada como as traduções foram realizadas fez com que a sua assimilação se desse de forma bastante enviesada, ao ponto de ser tomada, até meados da década de 1990, quase que inteiramente como sinônimo da obra de Ginzburg. A ocorrência de novas publicações nos últimos quinze anos tem propiciado a ampliação e o aprofundamento do debate para além da referência ginzburguiana. Não obstante, é perceptível, aos olhos do autor, a persistência do caráter seletivo e, portanto, defasado das traduções, afora certas distorções no emprego da microanálise, sendo evidente o risco de tomá-la “como um procedimento com fim em si mesmo, deixando de lado o aspecto essencial da proposta, isto é, ser uma estratégia de pesquisa colocada a serviço da investigação de um problema historiográfico de amplo fôlego” (p. 151).

A terceira e última parte do livro é aberta com o denso estudo de João Fragoso, “O capitão João Pereira Lemos e a parda Maria Sampaio: notas sobre hierarquias rurais costumeiras no Rio de Janeiro do século XVIII”. Avalizado por considerável levantamento documental (registros paroquiais de batismo da capitania do Rio de Janeiro), o autor se dedica à compreensão da lógica que envolvia o funcionamento das empresas açucareiras no sistema atlântico luso, do ponto de vista de suas relações interpessoais, as quais seriam regidas pelos padrões normativos advindos da estruturação do Antigo Regime nos trópicos. A categoria central de sua análise é a de *autogoverno*, inscrita na concepção da monarquia corporativa portuguesa, a qual se refere à existência de uma chefia local provida de autoridade moral para imprimir normas, efetuar concessões e tutelar toda uma gama de atores sociais, que ia desde familiares consanguíneos e rituais, passando por criados, agregados, até os escravos. Embora considere as freguesias de Irajá e Jacarepaguá, o autor reduz a escala de observação à esfera

do Engenho de São João Batista de Sapopema, um dos principais da primeira localidade, valendo-se de uma perspectiva metodológica que visa a combinação dos pressupostos da micro-história à “longa duração”, entendida simplesmente como “uma temporalidade que supera as existências de João Pereira e de seu Cabra”, sujeitos históricos cujas trajetórias acompanha (p. 159).

Fragoso se põe a desvelar a estratégia de vida familiar desempenhada pelos integrantes dos diversos estratos sociais a partir de relações de dependência horizontais e verticais firmadas, principalmente, através do compadrio e de pactos matrimoniais. O historiador dedica especial atenção às relações tecidas com e entre os cativos, problematizando a rigidez do emprego do termo “escravidão” como eixo explicativo daquela sociedade. Em sua visão, é necessário considerar os escravos como agentes históricos, portadores de recursos para negociar e granjear melhores condições. Dentre tais recursos estaria todo um repertório de alianças parentais variável conforme a naturalidade, o gênero e os ofícios dos cativos, e cujo delinear é muito bem mapeado ao longo do estudo.

O texto seguinte, “Indivíduos, famílias e comunidades: trajetórias percorridas no tempo e no espaço em Minas Gerais – séculos XVIII e XIX”, é de autoria de Mônica Ribeiro de Oliveira, uma das organizadoras da coletânea. A sua proposta é considerar um caso particular com a finalidade de lançar luzes sobre um problema geral: o comportamento de indivíduos e grupos familiares de variadas origens e culturas “no contexto de abertura de fronteiras e ocupação de terras” no território colonial luso-brasileiro (p. 210). A comunidade eleita para a análise é a formada em Conceição do Ibitipoca, vilarejo fronteiriço localizado no alto da serra da Mantiqueira, termo da Borda do Campo, que refletiu o processo de desbravamento ocasionado pela descoberta de metais preciosos em fins do século XVII. A microanálise é realizada a partir do cruzamento nominal de registros de batismo e fontes de natureza cartorial.

Oliveira observa maior transitoriedade entre os primeiros povoadores que criariam seus laços familiares em outras paróquias, logo se deslocando para regiões mais dinâmicas em virtude do rápido esgotamento das lavras ali exploradas. O processo de enraizamento na localidade teria início em meados do século XVIII, impulsionado pelo deslocamento gradativo da mineração para a agricultura e o pastoreio e pela formação de uma comunidade propriamente dita através da criação de vínculos de parentela diversificados e pouco excludentes. A escassez de ouro e terras traria conflito para a segunda geração de integrantes da comunidade; haveria a expansão da fronteira para a incorporação de novas áreas de exploração e seria forjado um sistema de alianças familiares mais rígido, tendo em vista a preservação do patrimônio e do status obtido.

Em “Redes de compadrio em Vila Rica: um estudo de caso”, Renato Pinto Venâncio desenvolve um exercício microanalítico cujo objetivo manifesto é corroborar o resultado de outros estudos no sentido de revelar o papel do compadrio na “criação de um *capital relacional* de enorme importância” (p. 239). O destaque do texto está em sua preocupação conceitual. O autor se vale de duas categorias. A primeira delas, *biografia modal*, consiste na “análise de indivíduos que expressam características do grupo social a que pertencem, indicando na prática o funcionamento das normas e regras estruturais existentes na sociedade” (p. 239).⁵ A segunda, *rede social*, contrapõe-se à ideia de *grupo social*, em que os indivíduos formariam “um todo social abrangente, tendo objetivos comuns, papéis interdependentes e uma subcultura peculiar” (p. 240).⁶ Na rede, somente alguns indivíduos constituiriam relações recíprocas, tal como no caso de um conjunto objetivo de parentes rituais.

Venâncio articula a documentação de caráter epistolar, produzida na esfera biográfica do personagem selecionado, o contratador João Rodrigues de Macedo, a registros paroquiais da Igreja de Nossa Senhora do Pilar de Vila Rica. Em correlação, desenvolve a noção de *rede de compadrio*, considerando tanto a criação de laços hierárquicos e o acesso a cargos e mercês por parte da elite quanto a configuração de elementos de reciprocidade (material e sentimental) e intermediação social, demonstrando que indivíduos na base da pirâmide societária, como os escravos e forros, poderiam concentrar notável capital relacional.

A coletânea é encerrada com o trabalho intitulado “Os vínculos interfamiliares, sociais e políticos da elite mercantil de Lima no final do período colonial e início da República: estudos de caso, metodologia e fontes”, da historiadora peruana Cristina Mazzeo de Vivó, acenando para uma simetria quanto ao feixe de preocupações que tem conduzido ao recurso a pressupostos microanalíticos em diferentes círculos historiográficos, a saber, “captar as especificidades, as qualidades e, a partir da análise de diferentes estudos de caso, chegar a generalizações específicas” (p. 264). O objeto de Mazzeo é compreendido pelas famílias de grandes comerciantes atuantes em Lima entre o final da época colonial e o início do período republicano. O escopo inicial da investigação fundamenta-se na desconstrução, por meio do acompanhamento das estratégias interfamiliares, da compreensão tradicional de que a elite mercantil limenha teria sido amplamente

⁵ Venâncio dá conta de haver extraído essa categoria do seguinte artigo: LEVI, Giovanni. Les usages de la biographie. *Annales ESC*, n. 6, 1989, p. 1.325-36.

⁶ Como referência a tal formulação, indica: BOTH, Elizabeth. *Família e rede social*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

abalada com a abertura comercial de 1778, promovida no contexto do reformismo bourbônico. Segundo indica, vem sendo demonstrado que não foram poucos os setores que conseguiram se adaptar e até tirar partido da situação.

O *corpus* documental é constituído por cartas pessoais, extraídas de fundos privados, documentos de cartório e registros de atividades mercantis e financeiras, extraídas sobretudo do Consolado de Comércio de Lima, importante instituição classista (antes e depois da independência). A historiadora demonstra que a elite mercantil formara “uma espécie de irmandade, uma rede de relações e vínculos que ultrapassava o familiar”, tendo êxito também em contornar o impacto da independência (p. 286). Dentre as principais estratégias esteve o matrimônio, a utilização de práticas endogâmicas, o suporte obtido do Consolado de Comércio, e o estreitamento de relações com o Estado recém independente, especialmente através da concessão de empréstimos.

Ao fim e ao cabo, é possível afirmar que o elenco de textos coligido no livro oferece subsídios altamente relevantes para o avanço da discussão sobre o emprego da microanálise na historiografia brasileira, sublinhando um importante campo de sua concentração. Todavia, há fragilidades consideráveis no que tange à arquitetura da obra, o que conduz inclusive ao questionamento dos resultados apresentados de modo individual.

O leitor que acompanha as esparsas publicações que propiciam o acesso ao encaminhamento da discussão internacional sobre o desenvolvimento da micro-história dificilmente deixará de relacionar esta compilação àquela organizada pelo historiador francês Jacques Revel, cuja tradução foi publicada, também pela Editora FGV, no ano de 1998.⁷ Além do impulso de recolher apontamentos diversos sobre o tema, há a manifestação comum no sentido de que os respectivos livros, em alguma medida, resultaram de debates realizados no bojo de colóquios acadêmicos, o que denota a existência de um nível de diálogo entre os textos. Nas palavras das organizadoras, “este livro é em grande parte resultado das reflexões desenvolvidas durante o II Colóquio do Lahes: Micro-História e os Caminhos da História Social, realizado em outubro de 2008” (p. 8).⁸ Não obstante, chama a atenção o fato de que os textos inéditos presentes no livro não constam dos anais do colóquio, o que dá indício de que as reflexões de que falam fazem parte

⁷ REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Trad. port. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

⁸ Criado em 1997, o Laboratório de História Econômica e Social (Lahes) está ligado à linha de pesquisa História, Mercado e Poder, do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Cf. REVEL, Jacques, op. cit., p. 13.

de suas percepções pessoais e não da coletividade dos autores, algo que pode ter comprometido a organicidade da obra.⁹

Não que não haja uma unidade no livro. A unidade existe e reside basicamente no perfilamento em relação aos pressupostos descritos por Levi e Grendi. Todo o diálogo dos exercícios de microanálise dispostos na terceira parte do volume se dá com os dois historiadores que estrelam a primeira seção. Tal fator limitara o incremento potencial das ponderações, tendo em vista a profunda correlação dos temas explorados. Em diversos momentos – em que são descritas categorias societárias, padrões de formação de alianças familiares, encaminhamentos dado à análise das fontes, assim por diante – poderia ter havido um intercâmbio direto entre os investigadores. Mas, sobre isso, pode-se argumentar que se trata de um risco comum a esse tipo de publicação e que os ganhos oriundos da divulgação dos artigos são mais relevantes.

O que parece problemático é como o livro, apesar de toda a crítica delineada por Henrique Lima sobre o caráter seletivo e enviesado das traduções brasileiras, recai no mesmo equívoco; toma a parte pelo todo, apresentando, de forma descontextualizada, os textos dos pesquisadores italianos. Acresce-se a isto o fato de que, a não ser talvez pelo texto de Fernandes, a recente inclinação para a convergência não é a tônica do livro; a contextualização social é definida como “o” caminho a se seguir em termos de microanálise. Não existe problema em se aderir a tal perspectiva, mas a adesão poderia ser melhor enquadrada em termos historiográficos se confrontada com o debate atual. Em outras palavras, manteve-se o passo atrás; perdeu-se a oportunidade de se acenar para o *aggiornamento* da discussão nacional sobre a micro-história.

Inversamente, pesa sobre as pesquisas apresentadas a insistência de que a redução de escala constitui um procedimento destinado à reconstituição de fenômenos sociais complexos e precisos com vistas à configuração de generalizações mais amplas, “em constante busca da totalidade”. Tal observação não questiona a qualidade dos trabalhos. Ocorre, porém, que não se observa globalmente o levantamento de hipóteses de fôlego dilatado, que acenem de modo efetivo para uma nova mirada sobre elementos estruturais ou sistêmicos, como, aliás, era a proposta de Grendi, ao postular a possibilidade de a micro-história dar conta desses fenômenos. O que se vê é a exploração empírica e local de ideias preconcebidas. As apresentações e os desenvolvimentos analíticos são

⁹ Os anais encontram-se disponíveis em formato eletrônico, no sítio: <http://www.ufjf.br/lahes/producao-cientifica/ii-coloquio-do-lahes-30-de-setembro-a-02-de-outubro-de-2008/>. Acesso em 10/11/2010.

via de regra mais instigantes do que as conclusões, o que é agravado por uma certa hiperbolização das redes de relações interpessoais no conjunto das práticas sociais. Tanto é assim que João Fragoso chega a desenhar uma sociedade com escravos sem escravidão.

Recebido: 18/10/2010 – Aprovado: 02/09/2011.